

**ATA DA 46ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 6 e 7/05/2003

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Maria Carmem Germano Braga (maria.braga@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademir Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@ud.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Fabiana Guimarães Borges (fabianab@ctrq.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Airton Bodstein de Barros - UFF (bodstein@vm.uff.br)
Antônio José Câmara Fernandes - SRH/CE (tonze@srh.ce.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Hadijamine Fernandes - Min. Transportes (hadijamine.Fernandes@dnit.gov.br)
Maria Cristina Yuan - IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maria de Fátima Chagas Dias Freitas - SRH/MMA
Maurício Andrés Ribeiro - ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)
Paulo César Franco de Castro - SRH/CE (paulofranco@srh.ce.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Robério Barbosa Bomfim - SEMARH/BA (roberioBomfim@semarh.ba.gov.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonste@uol.com.br)
Rodrigo Flecha F. Alves - ANA (rodrigofc@ana.gov.br)
Rosana Garjulli - ANA (rosana@ana.gov.br)
Silas Vieira - Duke Energy (svieira@duke-energy.com)
Valter Otaviano Jr. - MMA/AGU

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 6/05/2003

Início: 9:45 h

Término: 17:20 h

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia seis de maio de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o primeiro dia de trabalho da 46ª Reunião. Deu boas vindas a todos e teceu comentários sobre a pauta da reunião (**Anexo I**). Falou sobre a pretensão de se agendar outra reunião da CT para este mês com o objetivo de encerrar as discussões sobre a proposta de revisão do Regimento Interno do Conselho, além da proposta de modificação parcial da Resolução CNRH nº 5, no que se referia à relação institucional entre comitês; salientou que a intenção seria encaminhar, caso possível, os dois temas para deliberação na IX Reunião Ordinária do CNRH, prevista para o final do mês de junho próximo. Comunicou que o Secretário Executivo havia solicitado que a CTIL analisasse correspondência enviada pelo Dr. Luiz Lobo, do Escritório Técnico da Bacia do Verde Grande, na qual ele pedia que fosse concedido espaço na reunião para apresentação sobre a bacia, com o intuito de solicitação de nova análise do processo de

criação do comitê da bacia (**Anexo II**). Houve concordância dos presentes que a apresentação se daria no primeiro horário do dia 7 de maio. Em seguida, falou sobre o PL nº 1.616, de 1999, que fora distribuído aos membros da CT por e-mail, com solicitação de envio de sugestões; disse que o PL estava atualmente com o Deputado João Pizzolatti e passível de sofrer modificações. A Dra. Patrícia sugeriu que fosse feito convite ao Deputado para proferir apresentação sobre a versão atual do PL, em reunião da CTIL, com ênfase para a intenção de realização de audiências públicas para ampliar a discussão do PL. A Dra. Cristina Yuan falou sobre dois PLs atualmente em discussão, o de nº 6.979, e outro, do Dep. Geraldo Thadeu, que alterava dispositivos da Lei nº 9.648, de 1998 (**Anexo III**); questionou se os mesmos não deveriam ser analisados no âmbito da CT. O Dr. Julio Thadeu destacou que o problema seria a dificuldade na operacionalização da CT; concordou com a Dra. Cristina, mas ponderou que deveriam existir filtros anteriores ao encaminhamento à CTIL. A Dra. Dalvacir lembrou que são solicitados pareceres às área técnicas do MMA sobre projetos como esses; sugeriu que essas análises poderiam também ser encaminhadas à Câmara, quando das discussões dos respectivos projetos. O Dr. Julio Thadeu disse que a SRH/MMA também recebe documentos com solicitação de emissão de parecer. Ficou então decidida a solicitação à SRH/MMA de que, após a realização de filtro preliminar, os projetos julgados de interesse fossem encaminhados para conhecimento e análise da CTIL. Passou-se então ao item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 45ª reunião, o que ocorreu com modificações. Alguns itens constantes da minuta de ata foram destacados: a realização de reunião entre as Secretarias Executivas do CNRH e do CONAMA, objetivando a integração de procedimentos (foi distribuída cópia de documento memória da reunião, que ocorreu em 14 de abril último passado (**Anexo IV**)); foi solicitada uma nova distribuição, por e-mail e com pedido de sugestões, dos questionários referentes à representatividade dos participantes das assembleias para escolha dos representantes dos setores usuários e das organizações civis no CNRH; com relação às apresentações previstas para as reuniões, o Dr. Luiz Cláudio esclareceu que já estaria sendo agendada, para a reunião de junho da CT, a presença de representante do Ministério das Cidades, para falar sobre os Planos Diretores Municipais, conforme prioridades estabelecidas pela própria CT. Dando prosseguimento, o Dr. Julio Thadeu passou ao item 3 da pauta: análise da minuta de proposta de resolução referente a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias. Destacou que o texto distribuído (**Anexo V**) seguiu a forma de trabalho usual na CT ou seja, era um texto inicial e provocativo que pretendia dar início às discussões e estava aberto a críticas; ressaltou que a Secretaria Executiva vinha recebendo poucas contribuições para documentos em discussão dentro da CT e pediu que este em particular recebesse contribuições, devido à sua importância. Esclareceu que a minuta de proposta fora elaborada com base em dois consensos obtidos na reunião anterior, constantes da respectiva ata: a) era preciso ser estabelecido normas para o relacionamento entre comitês de bacia e os comitês em sub-bacias de sua área de atuação; e, b) o CNRH tem competência para fazê-lo. Opinou que, dessa forma, existiam dois caminhos a serem seguidos: estabelecimento de critérios que obrigariam o comitê de sub-bacia a se submeter às decisões do comitê da bacia; ou, a proposição de articulação entre os interessados para harmonização das decisões, com definição de instâncias recursivas para dirimir eventuais conflitos. Disse entender que este segundo caminho parecia mais viável devido às dificuldades de ordem legal (constitucional) para que fosse assegurada a vinculação das decisões dos comitês de bacia e sub-bacia. O Dr. Airton solicitou a palavra e levantou questionamento sobre a definição do domínio de cursos de água, criada no Brasil, como cópia do modelo francês de gestão de recursos hídricos; disse que o fato estaria gerando graves consequências para o gerenciamento do sistema nacional, em função das diferentes particularidades administrativas dos dois países; finalizou perguntando se essa questão poderia ser revista. Referindo-se ao relacionamento institucional entre comitês, propôs que as bacias deveriam ser consideradas como um todo e identificados os comitês de sub-bacia como sub-comitês, indicando subordinação. O Dr. Rodrigo ressaltou a dificuldade de se definir relações institucionais entre comitês; ponderou que somente a prática vivida na implementação do SINGREH traria esta experiência; opinou que a Resolução CNRH nº 5 deveria se ater apenas à criação de comitês. A Dra. Patrícia reconheceu a importância das primeiras propostas de documentos para discussão; salientou alguns pontos por ela encaminhados na forma de sugestões ao documento inicial (**Anexo VI**): a impropriedade da definição de ordem para cursos de água, ainda mais quando estendido para bacias; a necessidade de definição dos fóruns estabelecidos na proposta; a importância de que ocorram cenários de articulação e integração ou seja, que os comitês tenham em suas estruturas fóruns para discussão e exercício das articulações, oportunidade

na qual as condições de exutório seriam um instrumento para as discussões. O Dr. Julio Thadeu disse que a questão da definição de ordem para os cursos de água pretendia apenas simplificar a comunicação entre interessados; indicou que essa terminologia vem sendo praticada a longo tempo para definição de afluentes de rios e observou que a relevância do assunto seria secundária, uma vez que qualquer instrumento legal podia definir, para efeito de sua aplicação, a terminologia entendida como necessária para sua interpretação de maneira racional. Salientou que as discussões estariam questionando os consensos obtidos na reunião anterior, constantes da respectiva ata. Diante do exposto, para clarificar os comentários feitos pelo Dr. Rodrigo, perguntou ao mesmo se ele estaria questionando a necessidade de se estabelecer as relações entre comitês anteriormente consensadas no âmbito da CT. O Dr. Rodrigo disse entender a necessidade do estabelecimento das diretrizes em questão, mas ressaltou que a idéia principal deveria ser o incentivo à articulação e harmonização das decisões. Pelas discussões em andamento, o Dr. Julio Thadeu indicou a existência, nesse momento, de duas correntes distintas para equacionamento da questão: uma, no sentido proposto pela versão encaminhada, e outra, de transferir aos comitês, quando existirem, a responsabilidade da definição do relacionamento. Dito isso, abriu a discussão sobre a forma de condução do processo. A Dra. Rosana destacou o valor do respaldo de uma resolução do CNRH e disse que a prática de implementação de comitês tem demonstrado a importância de que a mesma seja o menos restritiva possível. Em seguida, leu a forma como essa articulação estava definida no Regimento Interno do CBH São Francisco, no inciso III, art. 5º, que trata de suas competências: “aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, respeitando as diretrizes do Conselho e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, compatibilizando, de forma articulada e integrada, os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas afluentes ao rio São Francisco com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica de sua área de atuação”. A Dra. Sonáli lembrou que nas discussões não se deveria perder de vista um ponto fundamental da Lei nº 9.433, de 1997, que é a bacia hidrográfica como unidade territorial de implementação da PNRH e atuação do SINGREH. Lembrou também que a citada lei criou o comitê de bacia hidrográfica, e não “comitês de sub-bacias”, como sendo um dos órgãos integrantes do SINGREH e que, no seu art. 38, quando estabeleceu as competências de um comitês, vinculando-as às sua respectiva área de atuação, estabeleceu também, a interdependência como sendo a forma de relacionamento entre eles. A Dra. Patrícia propôs que fosse adotada a forma estabelecida no Regimento Interno do CBH Doce, que preconizava o estabelecimento de colegiado para discussão da harmonização e articulação com os comitês em sub-bacias, além da definição das condições de exutório que, observou, seriam mutáveis. O Dr. Julio Thadeu observou ser consenso a necessidade de se caminhar para um novo texto, baseado no apresentado e incorporando as questões levantadas durante os debates. Foi sugerida a criação de Grupo específico para elaborar um novo texto. O Dr. Roberto disse que o processo de articulação seria fundamental para o estabelecimento das relações de interdependência preconizadas na Lei nº 9.433, de 1997, que não deveriam ser traduzidas como subordinação. O Dr. Rodrigo lembrou que a revisão da Resolução CNRH nº 5 teria sido motivada pelas dificuldades encontradas na prática da implementação de comitês; disse que novos itens de discussão, como o atual, foram incorporados no decorrer do processo e estariam fugindo da idéia inicial; finalizou definindo como inoportunas as modificações parciais não direcionadas ao foco principal. O Dr. Julio Thadeu contrapôs fazendo um histórico sobre os trabalhos de revisão da resolução realizados anteriormente no âmbito da CTIL; disse que à época estavam sendo discutidos a Resolução CNRH nº 5 e o Regimento Interno em sua totalidade e que, por demanda de membros da CT, foram elencados doze itens para debate, como forma de impedir que as discussões saíssem do foco principal; ressaltou que o tema da relação institucional entre comitês fora um deles e que teria sido definido como um dos prioritários; lembrou que também fora decidido no âmbito da CT que poderiam ser encaminhadas ao Plenário do CNRH propostas de modificações parciais à Resolução CNRH nº 5 a medida que temas importantes constantes da mesma tivessem sua discussão finalizada. A Dra. Cristina Yuan disse que a Dra. Patrícia já teria elaborado uma nova proposta de texto e propôs que a discussão fosse retomada à tarde, balizada pelos dois textos. Com a aceitação de todos, foi proposta pausa para almoço, às 12:15 horas. O retorno ocorreu às 14:35 horas e o Dr. Ademar solicitou que fosse tratado o item 4 da pauta: discussão de encaminhamento do ofício nº 11/2003, encaminhado pela CT de Cobrança (**Anexo VII**). Após apresentação do assunto e debates, ficou decidida a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de responder aos questionamentos contidos no documento, com prazo até a reunião de junho para elaboração de produto e sua apresentação para discussão. O GT ficou assim composto:

Dr. Wilson, com a função de coordenação, Dr. Marley, Dra. Dalvacir, Dr. Hugo, Dr. Robério, Dra. Fabiana, Dra. Maria Luiza, e sugestão de representante da CONJUR/MMA. Ficou a cargo da Secretaria Executiva enviar e-mail aos membros formalizando as ações do Grupo, além dos documentos pertinentes. Assim sendo, houve retorno à discussão do item 3 de pauta. A Dra. Patrícia opinou que a proposta de criação de GT para elaborar um novo texto seria mais viável. O Dr. Julio Thadeu ressaltou dois itens que necessitariam ser contemplados: a) a possibilidade de não existir comitê em bacia hidrográfica que contenha sub-bacias com comitês já estabelecidos, e, b) a determinação de instâncias para dirimir conflitos não resolvidos satisfatoriamente entre comitês. A Dra. Sonáli observou que as decisões de um comitê não seriam tomadas a revelia dos estados participantes, uma vez que representantes do governo, dos usuários e das organizações civis de cada estado integravam o comitê. A Dra. Patrícia indicou que o comitê da bacia deveria ser o fórum para reavaliar, questionar, integrar e harmonizar as decisões dos comitês de suas sub-bacias. O Dr. Fernando Rodrigues ressaltou que a questão estaria na composição do comitê da bacia, uma vez que a representação dos comitês de sub-bacia era feita não por representante eleito em Plenária, mas por membros componentes do mesmo; reforçou que a efetiva representatividade dos comitês de sub-bacias seria a garantia da articulação das decisões entre comitês. A Dra. Rosana destacou a importância da definição, no Regimento Interno dos comitês, de como seriam os mecanismos de discussão da questão da articulação. A Dra. Patrícia concordou com o Dr. Fernando e destacou que o comitê de bacia deveria ser um comitê de integração entre os comitês em suas sub-bacias, e portanto, tendo a participação de representantes dos mesmos. Após mais debates, ficou decidida a criação de Grupo de Trabalho para apresentar nova proposta de alteração parcial da Resolução CNRH nº 5, no que tange ao relacionamento institucional entre comitês. Foram definidas como diretrizes para o trabalho do GT: a) que sejam levadas em consideração todas as propostas apresentadas até o momento; b) a abrangência de formas de resolução de conflitos; e, c) o estabelecimento de mecanismos de articulação para definição das condições de exutório. O GT ficou assim composto: Dr. Wilson, com a função de coordenação, Dr. Marley, Dra. Patrícia, Dra. Rosana, Dr. Robério, Dr. Roberto, Dra. Maria Luiza, Dr. Hugo, Dr. Antônio José, e representante dos comitês, a ser indicado pelo Dr. Carlos Eduardo. Foi decidido que a proposta deverá ser encaminhada para a próxima reunião da CTIL e, após consensada, ser divulgada para ampliação da discussão, inclusive com solicitação de contribuições do Fórum de Comitês. Ficou a cargo da Secretaria Executiva enviar e-mail aos membros formalizando as ações do Grupo, além dos documentos pertinentes. Dando prosseguimento, o Dr. Julio Thadeu propôs discussão sobre a questão trazida pelo Dr. Hugo na última reunião da CT, sobre diminuição de vazão no rio Branco, Estado de Rondônia; solicitou ao Dr. Hugo que fizesse um breve histórico da questão. O Dr. Hugo disse que ele, como Conselheiro representante do Ministério da Justiça no CNRH, havia recebido correspondência sobre o assunto encaminhada pela FUNAI, uma vez que o problema relatado estaria afetando área de ocupação indígena; disse que após a última reunião da CTIL havia feito o encaminhamento da correspondência conforme proposto: para o Secretário Executivo do CNRH e para o MMA. O Dr. Julio Thadeu disse que a SRH/MMA já havia recebido o ofício e que a Secretaria Executiva, por sua vez, também conforme solicitado pela CT, já havia elaborado minuta de ofício para a ANA, a ANEEL e o IBAMA, solicitando providências. Ficou acertado que a Secretaria Executiva deveria encaminhar os ofícios assim que o MMA acusasse o recebimento da referida correspondência enviada pelo Ministério da Justiça. O Dr. Hugo solicitou receber cópias dos mesmos, quando enviados. A Dra. Patrícia lembrou que essa questão do rio Branco seria uma ótima oportunidade para se tornar efetivo o proposto na Moção nº 16, de 25 de março de 2003, ou seja, SRH/MMA e ANA poderiam entrar em contato para propor auxílio na identificação e resolução do problema. O Dr. Julio Thadeu disse que a SRH/MMA faria um contato específico com a ANA para discussão da questão. A Dra. Patrícia citou também o Estado do Paraná que, opinou, estaria passando por um período de retrocesso na questão da gestão de recursos hídricos. Ficou acertado que, para após a reunião de junho, deveriam ser feitos convites aos estados, aos pares, para apresentação de palestra sobre a situação do respectivo gerenciamento de recursos hídricos; foi determinado que os dois primeiros seriam Paraná e Sergipe. Em seguida, passou-se para a leitura dos assuntos em andamento no âmbito da CTIL, discriminados na 43ª reunião (**Anexo VIII**). Com relação aos itens ainda pendentes do documento, ficou acertado o seguinte: 1) novo envio dos questionários aos membros da CT, com solicitação de sugestões; o tema retornará após duas reuniões; 3) distribuída memória da reunião realizada em 14 de abril último, entre representantes das Secretarias Executivas do CNRH e do CONAMA (**Anexo IV**); com relação às apresentações previstas, o Dr. Luiz

Cláudio informou que já estariam sendo feitos contatos com o Ministério das Cidades para apresentação de palestra, na reunião de junho, sobre a questão dos Planos Diretores municipais. Nesse momento, às 17:20 horas, cumprida a pauta prevista, o Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho de todos e encerrou o primeiro dia de reunião.

DATA: 7/05/2003

Início: 9:35 h

Término: 17:30 h

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia sete de maio de 2003, o Dr. Julio Thadeu abriu o segundo dia de trabalho da 46ª reunião da CTIL. O Dr. Julio Thadeu esclareceu que, conforme acertado no dia anterior, o primeiro item de pauta deveria ser a apresentação sobre a bacia do rio Verde Grande, solicitada pelo Dr. Luiz Lobo. Porém, devido à informação de que o mesmo estaria em trânsito para comparecer à reunião, foi dado andamento aos itens seguintes de pauta. Assim sendo, dando prosseguimento, propôs o agendamento de outra reunião da CTIL ainda no mês de maio, com pauta exclusiva para a proposta de modificação do Regimento Interno e também da modificação parcial da Resolução CNRH nº 5, no que se referia ao relacionamento institucional entre comitês, caso houvesse tempo hábil para se discutir este tema durante os dois dias de reunião. Após debates, ficou acertada a realização da reunião para os dias 22 e 23 de maio próximo, com a pauta proposta. O Dr. Hugo sugeriu a criação de grupo de discussão na internet para agilizar a troca de e-mails entre os participantes do GT que tratava da Resolução CNRH nº 5. Passou-se então ao primeiro item da pauta do dia: revisão do Regimento Interno. As discussões foram iniciadas a partir do art. 12 da versão 10, de 9 de abril de 2003 (**Anexo IX**). Com a presença do Dr. Luiz Lobo, as discussões foram suspensas, para que o mesmo fizesse apresentação sobre a proposta de criação do Comitê da Bacia do Rio Verde Grande. O Dr. Luiz Lobo, ao final de sua apresentação (**Anexo X**), solicitou que a proposta de criação do comitê da bacia do rio Verde Grande fosse, nesse momento, novamente discutida na CTIL, devido à expectativa da sociedade local com a criação do comitê, aos trabalhos já realizados pelos órgãos governamentais na bacia e os conflitos pelo uso da água existentes. Com relação à deliberação anterior de solicitação de manifestação do CBH São Francisco, disse que o tempo de espera poderia ser grande prejudicando a implantação do CBH Verde Grande; indicou que o CBH Verde Grande, após sua criação, deverá se adaptar às deliberações do CNRH referentes à relação institucional entre comitês, assim como às advindas da Divisão Hidrográfica Nacional. Com a concordância de todos, o Dr. Julio Thadeu abriu para comentários. A Dra. Patrícia ressaltou que os requisitos legais para criação do comitê, previstos na Resolução CNRH nº 5, tinham sido plenamente atendidos e lembrou que o pretendido documento referência para criação de comitês ainda não fora definido pelo CNRH. Teceu considerações sobre a região e se mostrou favorável ao encaminhamento da CTIL ao CNRH da proposta de criação do comitê. O Dr. Fernando Rodrigues destacou a legitimidade do processo de mobilização desenvolvido na bacia e opinou que os problemas de conflito apresentados não mais deveriam ser geridos pelos órgãos públicos, mas pela própria sociedade, através do comitê. Disse que a criação do comitê em questão seria um ponto positivo para o efetivo funcionamento do CBH São Francisco, o qual não deveria opinar na criação de comitês em sub-bacias de sua área. Finalizou se mostrando favorável ao encaminhamento do tema ao CNRH. O Dr. Fernando Cabral disse que a apresentação teria demonstrado a existência de um processo de mobilização vitorioso na bacia. Opinou que a manifestação do CBH São Francisco deveria ser solicitada, inclusive como forma de buscar-se a integração das ações futuras. O Dr. Luiz Lobo ressaltou que o processo de criação do comitê não deveria ser retardado, sob pena de perder-se os trabalhos já realizados na bacia; lembrou que o CBH São Francisco estaria em momento inicial de pleno funcionamento. A Dra. Patrícia disse não encontrar justificativas para a necessidade de manifestação do CBH São Francisco, uma vez que a mesma não teria nem mesmo amparo legal. O Dr. Carlos Eduardo lembrou já ter se postado a favor da criação do comitê anteriormente; ressaltou que a CTIL deveria se ater ao atendimento dos requisitos legais e reafirmou sua posição favorável. A Dra. Fátima Chagas disse entender que o CBH São Francisco não teria competência legal para se manifestar sobre o assunto e, portanto, não deveria ser aberto precedente; concordou que a articulação e integração entre comitês deveriam ser buscadas, mas destacou a importância da descentralização. Também se mostrou favorável ao encaminhamento do tema ao CNRH. O Dr. Julio Thadeu solicitou a manifestação dos que se mostrassem contrários; não havendo manifestação contrária, declarou aprovado o encaminhamento da solicitação de criação do CBH Verde Grande ao CNRH, com parecer favorável da CTIL. Lembrou que na 44ª reunião, conforme refletido na respectiva ata, os presentes não teriam se sentido seguros, naquele momento, para decidir sobre a questão;

observou que a apresentação realizada pelo Dr. Luiz Lobo nesta reunião, além das discussões ocorridas nas últimas reuniões sobre o relacionamento institucional entre comitês, teriam proporcionado condições para a análise ora feita. O Dr. Luiz Lobo, por sua vez, esclareceu que não teria pretendido, em sua apresentação, fazer críticas à decisão anterior da CT. O Dr. Julio Thadeu parabenizou os trabalhos realizados pelo Escritório Técnico da bacia e antecipou que o assunto deveria ser encaminhado para a reunião ordinária do CNRH prevista para junho. A Dra. Fátima ressaltou que a proposta de Divisão Hidrográfica Nacional - DHN, em discussão na CT do Plano Nacional, seria um primeiro passo em direção uma proposta para definição das unidades de planejamento de gestão. O Dr. Julio Thadeu endossou e observou que a DHN não mais seria apenas um mapa, mas um conjunto destes, com vários níveis de detalhamento. Disse que a SRH/MMA entende que deveria ser aguardada a definição das citadas unidades de planejamento para então proceder a análises de processos futuros de solicitação de criação de comitês. Foi então proposto intervalo para almoço, às 12:50 horas. O retorno ocorreu às 14:50 horas, com a retomada da revisão do Regimento Interno. Os debates transcorreram por todo o período da tarde, finalizando na versão 11 da proposta (**Anexo XI**). Ao final, o Dr. Julio Thadeu solicitou que fossem encaminhados à Secretaria Executiva propostas de temas entendidos como pertinentes para serem incluídos no Regimento Interno. Já em assuntos gerais, a Dra. Patrícia teceu comentários sobre as fracas condições físicas das instalações da SRH/MMA, particularmente o miniauditório, onde são realizadas as reuniões das Câmaras Técnicas; disse que a CT de Cobrança já teria adotado posição de realizar suas reuniões em outros locais de Brasília, no aguardo da melhoria das instalações. Ficou decidido que a CTIL também deveria adotar posição semelhante à da CTCOB. Nesse momento, às 17:30 horas, cumprida a pauta prevista para o dia, o Dr. Julio Thadeu mais uma vez agradeceu a presença de todos e encerrou a 46ª reunião da CTIL.

Aprovada na 48ª reunião da CT, realizada em 4 e 5 de junho de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores